

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

***Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
e Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019***

Conteúdo:

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	11
Ativo	14
Passivo	15
Demonstração do resultado	16
Demonstração do resultado abrangente	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	20
Relatório do Comitê de Auditoria	79

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Intermediárias da CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência relativas ao primeiro semestre de 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma Sociedade Anônima fechada especialista em vida, com mais de 60 anos dedicados ao mercado de seguros de vida e previdência complementar aberta.

Em 2020, a Seguradora manteve a estratégia de gerar soluções que criassem valor a sociedade, corretores, parceiros, clientes e colaboradores, alcançando resultados sustentáveis e crescentes, mantendo os valores humanos e sociais como uma diretriz.

Os números demonstram a consolidação de um trabalho de longo prazo elaborado pela Seguradora. A Seguradora manteve foco na melhoria dos seus resultados operacionais, aliando a esse vetor, despesas administrativas controladas para atingir um lucro líquido no primeiro semestre de **R\$ 28,40** milhões e um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de **8,66%**.

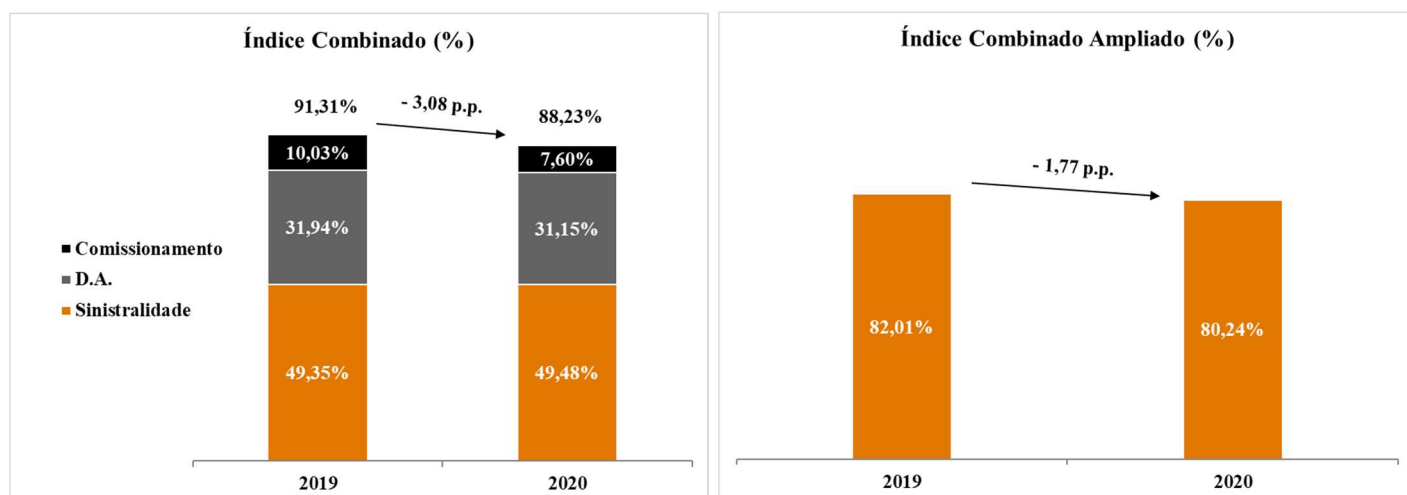
2. Ações Sociais – Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da CAPEMISA é um caso raro no mundo corporativo de uma empresa que surgiu para gerar recursos para o Instituto CAPEMISA de Ação Social e, assim, apoiar diversas obras sociais, entre elas o Lar Fabiano de Cristo. O projeto foi iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

3. Desempenho

Índices

No primeiro semestre de 2020, o Índice Combinado, relação entre as despesas operacionais e a receita oriunda dos prêmios ganhos, teve uma redução de **3,08 p.p.** em relação ao mesmo período de 2019. Essa variação decorre principalmente do aumento dos prêmios ganhos além da política de controle de custos, da busca por linhas de negócios sustentáveis e foco em soluções para atender as necessidades dos clientes, resultando no crescimento do resultado operacional da Seguradora no período.

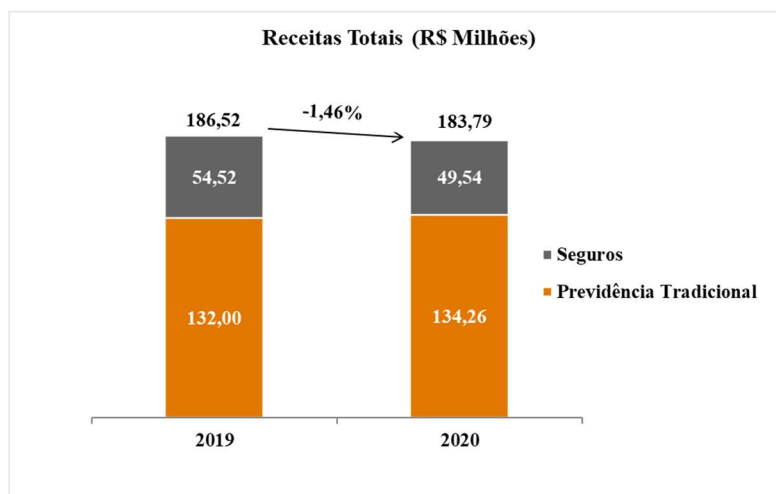


O Índice Combinado Ampliado, dado o acréscimo do resultado financeiro ao Índice Combinado, melhorou **1,77 p.p.**, em função, principalmente, da melhoria do resultado operacional e da rentabilidade da concessão de Assistência Financeira.

Faturamento

Até junho de 2020, o faturamento da Seguradora foi de R\$ **183,78** milhões, refletindo uma retração de **1,46%** em relação ao mesmo período de 2019. Tendo como principal motivo, a queda de receitas de seguro de vida da Seguradora, que foi impactada diretamente pelas restrições causadas pela COVID-19.

Em contrapartida as receitas oriundas de planos de previdência tradicional, apresentaram aumento em relação ao mesmo período de 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo:



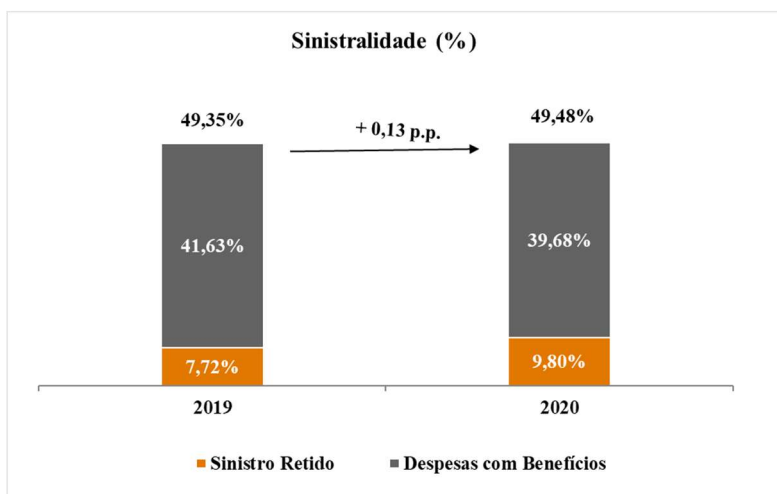
No atual período de pandemia a Capemisa foca em procurar entender as necessidades dos clientes e do mercado, criar soluções para captação de novos consumidores e desenvolver um ambiente propício à fidelização dos atuais segurados.

A Capemisa busca estar próxima aos corretores, ofertando treinamento e capacitação para os mesmos, além de realizar parcerias com grandes varejistas e companhias como parte de sua estratégia.

Nesse contexto, o trabalho de longo prazo que vem sendo realizado pela Seguradora de combinar produtos e serviços, distribuídos por corretores e parceiros cada vez mais capacitados e presentes em todo o território nacional, fez com que a Seguradora melhorasse seus resultados operacionais, apesar da queda de receita.

Sinistralidade

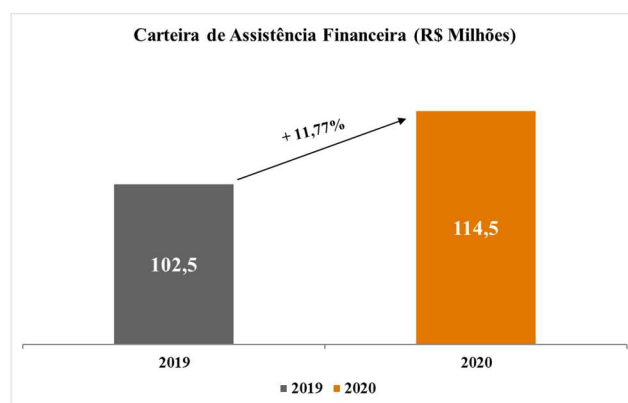
O índice de sinistralidade, razão entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos líquidos de resseguro, teve um aumento de **0,13 p.p.** em relação ao mesmo período de 2019, tendo como principal vetor de elevação, a sinistralidade média do segmento de seguro de vida.



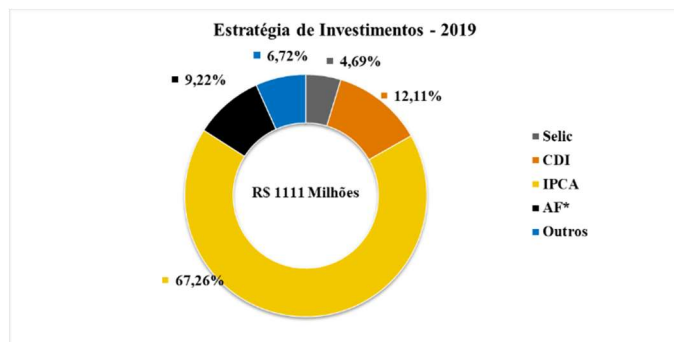
Resultado Financeiro

O ano de 2020 foi desafiador para o mercado securitário. Dado o cenário econômico nacional de tímida demanda e baixa inflação, a Seguradora decidiu focar seus esforços em operações e estratégias que proporcionassem maior rentabilidade e segurança, tal como a Assistência Financeira – concessão de crédito ao cliente titular de um plano de previdência com as melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado.

Além disso, o ALM (Asset Liability Management) minimizou o impacto da queda das taxas de juros, com os ativos comprados em longo prazo. Tais movimentos tiveram efeitos positivos no resultado financeiro da Seguradora, ainda assim o resultado financeiro reduziu em **8,40%**.

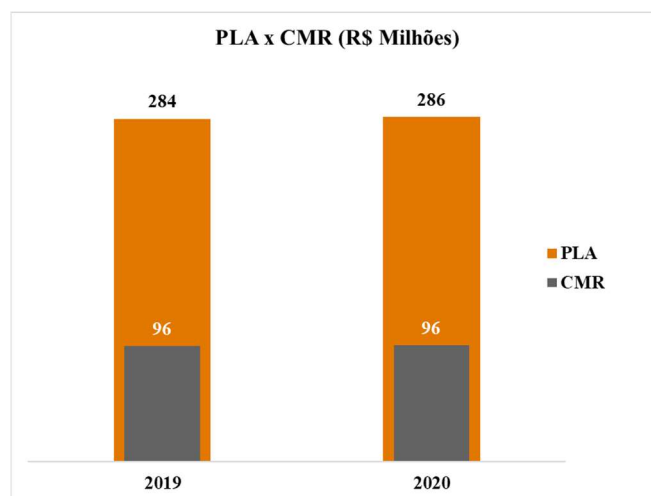


A Capemisa seguiu com a sua estratégia de ALM (Asset Liability Management) em 2020 e buscando aumentar a rentabilidade de seus ativos, a assistência financeira teve uma participação maior na sua estratégia de investimentos.



Solvência

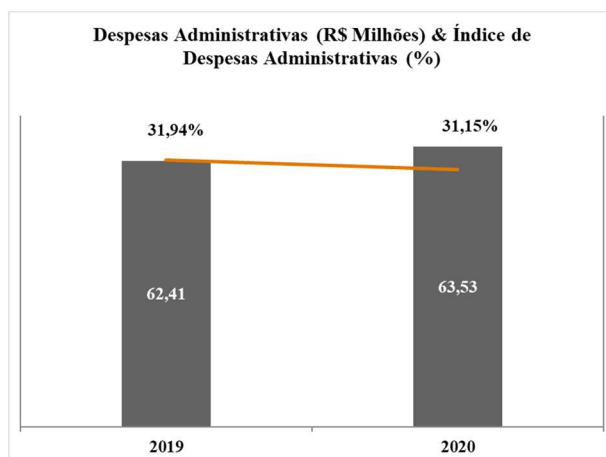
A Capemisa Seguradora permanece sólida apresentando Patrimônio Líquido Ajustado três vezes maior do que o capital exigido pelo Órgão Regulador.



Despesas Gerais e Administrativas

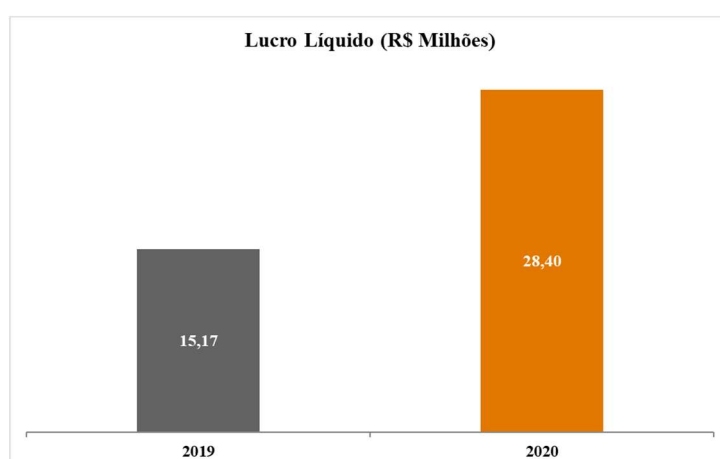
A Capemisa Seguradora manteve sua política de controle de custos almejando a melhoria da eficiência operacional e administrativa. A Seguradora tem implementado programas de aperfeiçoamento contínuo em processos e controle da eficiência operacional, melhorando a relação custo versus receita. Como consequência dessas ações, a Seguradora apresentou redução do índice de despesas administrativas em 0,79 p.p. atingindo **31,15%**

no primeiro semestre de 2020.



Lucro Líquido

Com foco no cliente, procurando entender e criar soluções que atendam suas necessidades, a Capemisa Seguradora buscou o crescimento sustentável, prezando pela melhoria contínua de seus processos e resultados. Essa combinação culminou na evolução dos principais indicadores da Seguradora e, conseqüentemente, no aumento do lucro líquido em **87,23%**, em comparação com o mesmo período do ano anterior, maximizando recursos da Seguradora e de seus acionistas, apresentando um retorno sobre o patrimônio de **8,66%**.



4. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não ocorreram reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Seguradora.

6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, apresentando assim seus riscos administrados / mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Seguradora para cobertura de suas responsabilidades.

A CAPEMISA Seguradora se mantém como empresa sólida e capaz de honrar os seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, a Seguradora declara que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado. Durante o primeiro semestre de 2020, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R\$ 5 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 750 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 4,25 milhões.

8. Outros Assuntos

Com a propagação da Pandemia de COVID-19, a Capemisa Seguradora foi impactada com a queda dos prêmios ganhos nos meses de abril, maio e junho de 2020.

A Administração da Seguradora preocupada com o bem-estar de seus colaboradores adotou ações de contingenciamento baseadas principalmente no PCN (Plano de Continuidade de Negócios) e implantou o regime de Home Office que permanece ativo até o presente momento e está trabalhando no protocolo de retorno às suas atividades presenciais.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis desdobramentos da COVID-19, a Administração concluiu que o risco de um maior impacto em seus resultados está, no momento, mitigado e continua atenta acompanhando o desempenho de suas operações.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Diretores e Acionistas da
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** (“Seguradora”) em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação de valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2.1 às demonstrações financeiras, que em decorrência de mudança de prática contábil, os valores correspondentes aos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBCTG 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas

evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2020

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo", written in a cursive style.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador - CRC-RS 042460/O

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e 1º de Janeiro de 2019

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	30.06.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	01.01.2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE		373.470	313.169	298.668
Disponível		1.251	1.340	1.890
Caixa e bancos		1.251	1.340	1.890
Aplicações	5	308.335	258.921	252.720
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.976	6.920	6.462
Prêmios a receber	6	7.976	6.920	6.462
Créditos das operações com previdência complementar		2.201	1.488	1.119
Valores a receber	7	2.201	1.488	1.119
Outros créditos operacionais		310	318	159
Ativos de resseguro e retrocessão		233	290	301
Títulos e créditos a receber	8	49.058	41.269	33.615
Títulos e créditos a receber	8.1	24.421	21.376	20.547
Créditos tributários e previdenciários	8.2	552	265	105
Assistência financeira à participantes	8.3	22.340	19.351	12.657
Outros créditos	8.4	1.745	277	306
Empréstimos e depósitos compulsórios		100	154	134
Despesas antecipadas		3.559	1.896	1.802
Custos de aquisição diferidos	9	447	573	466
Seguros		447	573	466
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.032.577	1.055.306	1.002.284
Realizável a longo prazo		999.180	1.024.150	970.635
Aplicações	5	714.782	749.900	730.446
Títulos e créditos a receber	8	282.759	272.861	238.356
Créditos tributários e previdenciários	8.2	55.922	52.655	53.381
Depósitos judiciais e fiscais	10	134.633	137.075	137.077
Assistência financeira à participantes	8.3	92.204	83.131	47.898
Empréstimos e depósitos compulsórios		347	321	501
Despesas antecipadas		1.292	1.068	1.332
Investimentos	11	24.943	24.885	21.245
Participações societárias	11.1	24.493	24.435	20.795
Imóveis destinados a renda	11.2	450	450	450
Imobilizado	12	4.259	3.416	4.982
Imóveis de uso próprio		1.434	1.461	1.514
Bens móveis		2.676	1.831	3.296
Outras imobilizações		149	124	172
Intangível	13	4.195	2.855	5.422
Outros intangíveis		4.195	2.855	5.422
TOTAL DO ATIVO		1.406.047	1.368.475	1.300.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2020, 31 de Dezembro de 2019 e 1º de Janeiro de 2019

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30.06.2020	31.12.2019	01.01.2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE		206.038	181.851	165.922
Contas a pagar		56.263	36.201	31.365
Obrigações a pagar	14	34.595	19.277	15.414
Impostos e encargos sociais a recolher	15	4.527	2.931	2.106
Encargos trabalhistas	16	7.077	5.602	5.250
Empréstimos e financiamentos		-	-	606
Impostos e contribuições	17	10.063	8.390	7.987
Outras contas a pagar		1	1	2
Débitos de operações com seguros e resseguros	18	5.278	4.304	3.316
Operações com resseguradoras		157	313	326
Corretores de seguros e resseguros		2.321	2.442	2.532
Outros débitos operacionais		2.800	1.549	458
Débitos de operações com previdência complementar	18	66	121	115
Débitos de resseguros		61	121	115
Outros débitos operacionais		5	-	-
Depósitos de terceiros	19	26.017	24.549	25.182
Provisões técnicas - seguros	20.1	39.275	36.754	36.922
Pessoas		39.273	36.752	36.917
Vida com cobertura por sobrevivência		2	2	5
Provisões técnicas - previdência complementar	20.2	77.858	78.653	65.795
Planos bloqueados		26.159	29.746	25.508
Planos não bloqueados		51.681	48.890	40.271
PGBL		18	17	16
Outros débitos	21	1.281	1.269	3.227
Provisões judiciais		1.281	1.269	3.227
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		870.645	864.578	833.231
Provisões técnicas - previdência complementar	20.2	731.510	734.095	709.362
Planos bloqueados		695.187	698.708	675.134
Planos não bloqueados		36.323	35.387	34.228
Outros débitos	21	139.135	130.483	123.869
Provisões judiciais		139.135	130.483	123.869
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	329.364	322.046	301.799
Capital social	24.1	270.797	270.797	270.797
Reservas de lucros	24.2	35.185	51.172	30.980
Ajuste de avaliação patrimonial		(21)	77	22
Lucros acumulados		23.403	-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.406.047	1.368.475	1.300.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGRADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Notas	30.06.2020	30.06.2019 (Reapresentado)
Prêmios emitidos		49.539	54.519
(+) Contribuições para cobertura de riscos		134.259	132.006
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		19.190	10.134
(=) Prêmios ganhos		202.988	196.659
(-) Sinistros ocorridos	28.a	(64.043)	(55.293)
(-) Custos de aquisição	28.b	(14.602)	(18.061)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	28.c	(7.553)	(8.652)
(+) Resultado com operações de resseguro		(8)	(310)
(+) Receita com resseguro		210	-
(-) Despesa com resseguro		(218)	(310)
(+) Rendas de contribuições e prêmios		(3)	(2)
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		-	1
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(3)	(1)
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(35.898)	(42.382)
(-) Custos de aquisição	28.b	(895)	(1.530)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	28.c	(9.324)	(11.647)
(-) Despesas administrativas	28.d	(57.350)	(56.569)
(-) Despesas com tributos	28.e	(6.321)	(6.659)
(+) Resultado financeiro	28.f	20.295	22.312
(+) Receitas Financeiras		45.436	58.025
(-) Despesas Financeiras		(30.141)	(35.713)
(+) Reversão do Juros sobre capital próprio		5.000	-
(+) Resultado patrimonial	28.g	857	1.134
(=) Resultado operacional		28.143	19.001
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	28.h	211	1.063
(=) Resultado antes dos impostos e participações		28.354	20.064
(-) Imposto de renda	29	571	(2.343)
(-) Contribuição social	29	554	(1.406)
(-) Participações sobre o lucro		(1.076)	(1.027)
(=) Resultado líquido do Período		28.403	15.288
(/) Quantidade de ações		638.362.669	638.362.669
(=) Resultado líquido por ação (em reais)		0,04	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.403	15.288 (Reapresentado)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (ORA)		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	(162)	29
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	64	(10)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(98)</u>	<u>19</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>28.305</u>	<u>15.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

RESERVAS DE LUCROS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTARIA	AJUSTE TVM	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 1º de Janeiro de 2019	270.797	2.518	28.462	22	-	301.799
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 27 de Fevereiro de 2019	-	-	(9.888)	-	-	(9.888)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	19	-	19
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	15.288	15.288
Saldos em 30 de Junho de 2019	270.797	2.518	18.574	41	15.288	307.218
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	270.797	4.621	46.551	77	-	322.046
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 28 de Fevereiro de 2020	-	-	(15.987)	-	-	(15.987)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	(98)	-	(98)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	28.403	28.403
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Saldos em 30 de Junho de 2020	270.797	4.621	30.564	(21)	23.403	329.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGRADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u> (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do Período	28.403	15.288
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	993	2.180
Reversão por redução ao valor recuperável dos ativos	1.490	1.957
Perda na alienação de imobilizado, intangível e investimentos	-	329
Resultado de equivalência patrimonial	(159)	(1.006)
Outros Ajustes	(204)	(90)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(14.293)	(11.750)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.487)	(535)
Créditos das operações de previdência complementar	(713)	34
Ativos de resseguro	57	163
Créditos fiscais e previdenciários	(288)	(203)
Ativo fiscal diferido	(3.266)	501
Depósitos judiciais e fiscais	2.442	184
Despesas antecipadas	(1.888)	(808)
Custos de aquisição diferidos	126	(162)
Assistência financeira à participantes	(13.493)	(25.693)
Outros ativos	(4.103)	(4.422)
Impostos e contribuições	4.872	3.366
Contas a pagar	2.517	864
Débitos de operações com seguros e resseguros	(246)	(251)
Débitos de operações com previdência complementar	(57)	(58)
Depósitos de terceiros	1.468	(1.049)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	2.521	104
Provisões técnicas - previdência complementar	(3.378)	22.161
Provisões judiciais	8.671	7.205
Outros passivos	1.416	(586)
Caixa gerado pelas operações	11.401	7.723
Juros pagos	-	(150)
Imposto sobre o lucro pagos	(3.199)	(3.204)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	8.202	4.369
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela Compra:		
Investimentos	-	(14)
Imobilizado	(1.356)	(90)
Intangível	(1.820)	(416)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.176)	(520)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(5.115)	(3.791)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	-	(558)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.115)	(4.349)
Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(89)	(500)
Caixa e equivalentes de caixa no Início do Período	1.340	1.890
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período	1.251	1.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
(CNPJ: 08.602.745/0001-32)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
e para os Semestres Findos em 30 de Junho 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (“Seguradora”) é uma Sociedade Anônima fechada e tem por objeto operar Planos de Previdência Complementar e Seguros de Vida em todo território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações foram elaboradas com base no princípio da continuidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo:

- Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para a venda são mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2.1. Mudanças de políticas contábeis

A SUSEP através da Circular nº 595, de 30 de dezembro de 2019, com vigência a partir de 01.01.2020, revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/2015. Os artigos mencionados tratavam do registro contábil das operações do Consórcio DPVAT pelas consorciadas. As operações oriundas do Consórcio DPVAT que anteriormente contabilizadas pela Seguradora como cosseguros, com a entrada em vigor do normativos passaram a ser registradas como valores a receber referentes a apuração mensal da margem de resultado e o devido recebimento destes, bem como as receitas de prestação de serviços de recepção e regulação de sinistros são registrados no grupo de outras receitas e despesas de seguros.

Por se tratar de uma mudança de prática contábil, estamos apresentando os saldos com efeitos retroativos em 1º/01/2019 e 31/12/2019 demonstrados a seguir:

Composição de Saldo	Balanco Ajustado					
	01.01.2019			31.12.2019(*)		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo Circulante	409.250	(110.582)	298.668	422.631	(109.462)	313.169
Aplicações	363.302	(110.582)	252.720	368.383	(109.462)	258.921
Ativo não circulante	1.002.284	-	1.002.284	1.055.306	-	1.055.306
Total do Ativo	1.411.534	(110.582)	1.300.952	1.477.937	(109.462)	1.368.475
Passivo Circulante	276.504	(110.582)	165.922	291.313	(109.462)	181.851
Outros débitos operacionais	536	(78)	458	1.722	(173)	1.549
Provisões técnicas - seguros	147.426	(110.504)	36.922	146.043	(109.289)	36.754
Passivo não circulante	833.231	-	833.231	864.578	-	864.578
Patrimônio líquido	301.799	-	301.799	322.046	-	322.046
Total do Passivo	1.411.534	(110.582)	1.300.952	1.477.937	(109.462)	1.368.475

(*) Incluindo o ajuste de 1º/01/2019.

Demonstração do Resultado Ajustada

Descrição	30.06.2019		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prêmios emitidos	63.514	(8.995)	54.519
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	8.846	1.288	10.134
(=) Prêmios ganhos	204.366	(7.707)	196.659
(+) Receita com emissão de apólices	2.332	(2.332)	-
(-) Sinistros ocorridos	(61.792)	6.499	(55.293)
(-) Custos de aquisição	(18.062)	1	(18.061)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(10.407)	1.755	(8.652)
(-) Despesas administrativas	(58.162)	1.593	(56.569)
(+) Resultado financeiro	22.121	191	22.312
(+) Receitas Financeiras	62.008	(3.983)	58.025
(-) Despesas Financeiras	(39.887)	4.174	(35.712)
(=) Resultado operacional	19.001	-	19.001
(=) Resultado antes dos impostos e participações	20.064	-	20.064
(=) Resultado líquido do Período	15.288	-	15.288

Demonstração dos Fluxos de Caixa Ajustados

Descrição	30.06.2019		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado líquido do Período	15.288	-	15.288
Ativos financeiros	(18.316)	6.566	(11.750)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	6.736	(6.632)	104
Outros passivos	(652)	66	(586)
Fluxo de caixa de atividades operacionais	4.369	-	4.369
Fluxo de caixa de atividades de investimentos	(520)	-	(520)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	(4.349)	-	(4.349)
Aumento/Redução no caixa ou equivalente caixa	(500)	-	(500)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Seguradora é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras intermediárias

Estas demonstrações financeiras intermediárias, foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2020.

2.5. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
- (ii) As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil.

- Nota 3.2 e 5 – Ativos financeiros e aplicações financeiras;
- Nota 3.12 e 20 – Provisões técnicas;
- Nota 3.17 – Classificação de um contrato de seguro;
- Nota 8.2 – Créditos tributários e previdenciários;
- Nota 21.b – Outros débitos (provisões fiscais, trabalhistas e cíveis).

2.6. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de seguros, operações com previdência complementar e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1-** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2-** informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3-** informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

2.7. Gestão de riscos

A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto ao Conselho de Administração, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Seguradora utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

O processo de gerenciamento de riscos da Capemisa Seguradora é composto pelas três linhas de defesa, que contempla a atuação integrada entre o gestor de riscos, auditoria interna e as áreas que exercem função de controle, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos implementada. Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa.

A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona.

Gestão dos Riscos Financeiros:

A Gestão de Riscos dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Seguradora. Na segunda camada, a Seguradora possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das Políticas do Conselho de Administração, em especial a Política de Investimentos.

A atividade da Seguradora a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de Mercado

Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço.

A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP.

Visto o perfil de negócio da Seguradora, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Pós Fixados (SELIC/CDI)	19,68%	17,28%
Inflação (IPCA/IGPM)	73,06%	75,38%
Outros	7,26%	7,34%

Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de

risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente e através de fundos exclusivos estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

30.06.2020

Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL
AAA	3.893	-	86.841	-	90.734
AA+	3.203	-	33.976	-	37.179
AA	3.084	-	-	-	3.085
AA-	2.524	-	-	-	2.524
A+	1.045	-	-	-	1.045
A	1.261	-	-	-	1.261
BBB-	980	-	-	-	980
C	-	-	-	471	471
N/D	5.282	-	-	-	5.282
TOTAL	21.272	-	120.817	471	142.560

31.12.2019

Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	CRI	TOTAL
AAA	2.996	-	83.728	-	86.724
AA+	3.679	-	33.358	-	37.037
AA	4.816	-	-	-	4.816
AA-	907	-	-	-	907
A+	1.758	-	-	-	1.758
A	1.270	-	-	-	1.270
BBB-	986	-	-	-	986
C	-	-	-	527	527
N/D	5.165	-	-	-	5.165
TOTAL	21.577	-	117.086	527	139.190

Derivativos

A Capemisa Seguradora não apresentou posicionamento direto em derivativos no primeiro semestre de 2020. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram os mesmos na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de *Hedge* das carteiras, estabelecem que os mesmos não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido.

Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros.

Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Seguradora.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões

estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Seguradora.

30.06.2020								
	Sem Vencimento	Vencidos			A Vencer			TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.251	-	-	-	-	-	-	1.251
Aplicações	237.731	-	-	-	70.604	175.767	539.015	1.023.117
Créditos das Operações	-	5.852	-	-	5.279	-	-	11.131
Outros Créditos Operacionais	1	468	-	36.194	159	-	-	36.822
Títulos e Créditos a Receber	191.673	4.115	2.175	2.299	69.341	123.482	15.826	408.911
Empréstimos e Depósitos compulsórios	194	-	5	-	102	152	-	453
TOTAL ATIVOS	430.850	10.435	2.180	38.493	145.485	299.401	554.841	1.481.685
Contas a pagar	10	-	2	6.325	49.926	-	-	56.263
Débitos das operações	-	1.516	1.145	247	2.813	-	-	5.721
Depósitos de terceiros	-	24.845	1.172	-	-	-	-	26.017
Provisões Técnicas	-	-	-	-	170.367	302.982	375.294	848.643
Outros Débitos	140.416	-	-	-	-	-	-	140.416
TOTAL PASSIVOS	140.426	26.361	2.319	6.572	223.106	302.982	375.294	1.077.060

31.12.2019								
	Sem Vencimento	Vencidos			A Vencer			TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.340	-	-	-	-	-	-	1.340
Aplicações	230.111	-	-	-	28.810	192.771	557.129	1.008.821
Créditos das Operações	-	3.238	-	-	5.693	-	-	8.931
Outros Créditos Operacionais	-	407	-	36.194	318	-	-	36.919
Títulos e Créditos a Receber	190.036	3.761	2.223	2.156	61.186	112.185	16.394	387.941
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	188	-	5	-	8	280	-	481
TOTAL ATIVOS	421.675	7.406	2.228	38.350	96.015	305.236	573.523	1.444.433
Contas a pagar	-	-	1	6.270	29.930	-	-	36.201
Débitos das operações	-	1.321	1.155	247	1.876	-	-	4.599
Depósitos de terceiros	-	22.427	2.122	-	-	-	-	24.549
Provisões Técnicas	-	-	-	-	164.614	286.783	398.105	849.502
Outros Débitos	131.752	-	-	-	-	-	-	131.752
TOTAL PASSIVOS	131.752	23.748	3.278	6.517	196.420	286.783	398.105	1.046.603

Gestão dos Riscos Operacionais

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal.

O processo de Gestão de Riscos Operacionais conta com a constituição de um Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, onde são registrados os eventos de perdas

operacionais ocorridos na Seguradora, cujo o monitoramento e gerenciamento é executado de forma corporativa, utilizando um processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecendo métodos para tratamento dos mesmos, a fim de evitar a ocorrência de novos eventos similares.

A Capemisa Seguradora atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e a emissão de recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação.

Gestão dos Riscos de Subscrição

Consiste na possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas do planejamento estratégico, tático, orçamentário e que possam comprometer o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

O processo de Gestão dos Riscos de Subscrição é monitorado pela Seguradora através da adequada aplicabilidade das diretrizes da Política de Subscrição e das autoridades regulamentares, visando manter o equilíbrio do negócio e evitando a absorção de riscos indesejáveis.

Além disso, a Seguradora possui um Comitê de Subscrição com o objetivo de assessorar a Diretoria, de forma consultiva e proativa, no desenvolvimento de estudos e soluções para questões técnicas e estratégicas relacionadas à subscrição de riscos, em conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das Políticas do Conselho de Administração, em especial a Política de Subscrição.

A Seguradora vem operando com os ramos de seguros cujos Prêmios Ganhos e os índices dos seus principais carregamentos são discriminados a seguir:

Ramos	30.06.2020			30.06.2019		
	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões	Prêmios Ganhos	Sinistros	Comissões
	R\$	%	%	R\$	%	%
29 Auxílio Funeral	7.147	71%	22%	7.011	76%	22%
77 Prestamista	4.929	1%	0%	4.897	0%	1%
82 AP - Coletivo	19.825	20%	36%	24.298	12%	43%
84 Doenças Graves	4.206	8%	22%	3.387	41%	23%
93 VG	12.357	81%	21%	295	51%	37%
87 Desemprego	102	139%	36%	13.193	39%	23%
90 Eventos Aleatórios	205	143%	25%	171	12%	34%
81 AP - Individual	1.279	12%	36%	1.085	10%	40%

O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região, no ramo de Seguro e Previdência Complementar:

Em 30.06.2020:

Ramos	Prêmios Líquidos - Seguros					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
29 Auxílio Funeral	286	213	109	6.257	281	7.146
77 Prestamista	2	4	-	4.921	-	4.927
82 AP - Coletivo	1.279	842	310	16.127	1.240	19.798
84 Doenças Graves	2	8	24	4.172	2	4.208
87 Desemprego	-	-	-	102	-	102
90 Eventos Aleatórios	15	33	34	96	28	206
93 VG	1.112	1.918	809	7.178	1.332	12.349
81 AP - Individual	123	138	46	451	45	803
Total	2.819	3.156	1.332	39.304	2.928	49.539

Em 30.06.2019:

Ramos	Prêmios Líquidos - Seguros					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
29 Auxílio Funeral	440	339	89	5.832	311	7.011
77 Prestamista	26	37	-	4.833	-	4.896
82 AP - Coletivo	1.540	988	343	20.118	1.238	24.227
84 Doenças Graves	-	3	17	3.367	-	3.387
87 Desemprego	-	-	-	171	-	171
90 Eventos Aleatórios	15	35	30	155	61	296
93 VG	942	1.941	708	8.467	1.091	13.149
81 AP - Individual	264	186	66	823	43	1.382
Total	3.227	3.529	1.253	43.766	2.744	54.519

Em 30.06.2020:

Prêmios Líquidos - Previdência Complementar						
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Bloqueados	239	761	115	1.646	444	3.205
Capitalização	239	761	115	1.646	444	3.205
Não Bloqueados	16.266	24.445	9.050	64.148	17.142	131.051
Capitalização	839	466	55	1.344	336	3.040
Repartição Simples	15.427	23.979	8.995	62.804	16.806	128.011
Total	16.505	25.206	9.165	65.794	17.586	134.256

Em 30.06.2019:

Prêmios Líquidos - Previdência Complementar						
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Bloqueados	255	796	122	1.750	471	3.394
Capitalização	255	796	122	1.750	471	3.394
Não Bloqueados	15.982	24.299	8.892	62.302	17.135	128.610
Capitalização	371	269	58	709	227	1.634
Repartição Simples	15.611	24.030	8.834	61.593	16.908	126.976
Total	16.237	25.095	9.014	64.052	17.606	132.004

Nos contratos de seguro, o principal risco da Seguradora é o de que sinistros e pagamentos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas da Seguradora. Em linhas gerais os sinistros giram em torno de uma média, e a existência de valores muito acima desta média pode comprometer a gestão do resultado operacional, principalmente em eventos de catástrofe, onde a Seguradora se protege em um contrato de Resseguro.

Atualmente a Seguradora opera em dois contratos não proporcionais: Contrato Automático de Excesso de Danos de Vida Por Pessoa; e Contrato de Catástrofe de Vida em Excesso de Danos. A estratégia principal da Seguradora é a pulverização dos riscos através da cessão aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda o limite de retenção estabelecido para as coberturas resseguradas contratadas (coberturas relacionadas à Carteira de Seguros de Pessoas Coletivo e Individual, e Benefícios de Risco de Previdência Privada).

Outro ponto a ser considerado na estratégia de resseguro da Seguradora é a troca de conhecimento com os resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação e subscrição.

Dos riscos cedidos em resseguro atualmente, 50% destinam-se ao IRB (ressegurador

local) e 50% à Hannover (ressegurador admitido)

Discriminação dos resseguradores: Informação nova inserida pela área atuarial conforme alinhado a exigibilidade.

<u>Nome do Ressegurador</u>	<u>Tipo de Atuação</u>	<u>Classificação de Risco</u>	<u>Agência Classificadora</u>
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A-	A.M. Best
HANNOVER RÜCK SE	Admitida	A+	A.M. Best
HANNOVER RÜCK SE	Admitida	AA-	Standard & Poors

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de monitorar os impactos dos principais fatores de risco de subscrição sobre o Resultado e Patrimônio Líquido, a Seguradora efetua uma análise de sensibilidade de cada um desses fatores, observando o efeito de sua variação positiva ou negativa, isoladamente, na projeção do passivo, tomando por base o determinado pela Circular Susep nº 517/2015, em seu art. 156, inciso XI, alínea e.

Quanto a variação da Taxa de Juros e Inflação, destacamos que não são esperados impactos relevantes no Resultado ou Patrimônio Líquido da Seguradora, em função da adoção de práticas de gerenciamento do Ativo compatíveis com o comportamento projetado do Passivo (*ALM - Asset and Liability Management*), em termos de indexadores, taxas de juros e prazos, de modo a gerar um fluxo de caixa que garanta a liquidez e rentabilidade necessárias. Com isso, as variações negativas das taxas de juros, que elevariam o Passivo, são refletidas de forma positiva na *mais-valia* dos Ativos, sendo tal valor deduzido do fluxo do Passivo, levando a efeito final nulo. Periodicamente, a alocação é revista, tendo em consideração as variações nos cenários econômicos e premissas da projeção do passivo.

Abaixo apresentamos os resultados da demais variáveis:

30.06.2020

Variável	Premissa de Sensibilidade	Valor	Resultado (LAIR)	Patrimônio Líquido
Sinistralidade	10%	9.658	(43,35%)	(2,93%)
Sinistralidade	(10%)	(9.658)	43,35%	2,93%
Conversão	10%	13.200	(59,25%)	(4,01%)
Conversão	(10%)	(10.953)	49,17%	3,33%
Cancelamento	10%	(4.072)	18,28%	1,24%
Cancelamento	(10%)	5.709	(25,63%)	(1,73%)
Sobrevivência	10%	8.564	(38,44%)	(2,60%)
Sobrevivência	(10%)	(7.767)	34,87%	2,36%

30.06.2019

Variável	Premissa de Sensibilidade	Valor	Resultado (LAIR)	Patrimônio Líquido
Sinistralidade	10%	9.660	(40,25%)	(3,02%)
Sinistralidade	(10%)	(9.660)	40,25%	3,02%
Conversão	10%	11.736	(55,55%)	(4,17%)
Conversão	(10%)	(13.333)	48,90%	3,67%
Cancelamento	10%	(4.645)	23,58%	1,77%
Cancelamento	(10%)	5.658	(19,36%)	(1,45%)
Sobrevivência	10%	8.145	(30,87%)	(2,32%)
Sobrevivência	(10%)	(7.410)	33,94%	2,55%

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, cheques emitidos e não compensados, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Ativos financeiros

A Administração da Seguradora realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

I. Valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As

mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidas no resultado do período;

II. Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.

III. Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Seguradora tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

IV. Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas “Prêmios a Receber”, “Títulos e créditos a receber”, “Assistência financeira à participante”, “Outros créditos”. São ativos financeiros mensurados inicialmente a valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por redução ao valor recuperável.

3.3. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.3.1. Ativos financeiros

A Administração da Seguradora realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Seguradora em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Com exceção dos ativos relacionados à Assistência Financeira à Participantes e os Prêmios a Receber, a Seguradora não possui estudo técnico para os demais ativos e realiza a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência supera 60 dias da data do vencimento do crédito, onde reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente, cujo valor corresponde à totalidade dos valores a receber, independentemente se houver outros valores a vencer do mesmo devedor, exceto para créditos com resseguradoras referentes à restituição de sinistros pagos, cujo prazo é de 180 dias a partir do registro do crédito.

3.3.2. Prêmios a receber

A Seguradora realizou estudos técnicos de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber, utilizando como base para o estudo, os relatórios oficiais para verificar o histórico de perdas e seus riscos de inadimplência. O período de recálculo do referido estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade do mesmo é mensal.

A metodologia do estudo técnico de redução ao valor recuperável de prêmios a receber utilizou como base o prazo para efetivação do recebimento dos prêmios a receber, considerando a emissão do risco *vis-à-vis* seu mês de recebimento sobre o total de prêmios a receber. A Seguradora concluiu, com base no estudo realizado, que o risco de inadimplência dos prêmios a receber é de 10,72% (7,04 % em 31.12.2019).

3.3.3. Assistência financeira

Para os ativos relacionados à assistência financeira à Participantes a Seguradora realizou estudo para identificar o prazo para efetivação do recebimento das prestações considerando seu vencimento (periodicidade mensal), comparando seu mês de vencimento e mês de recebimento.

A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade da mesma é mensal.

Os valores recebidos referentes a parcelas vencidas há mais de 30 dias são inexpressíveis dentro do universo apurado. Logo, com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constitui redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 30 dias.

Para os valores vencidos até 30 dias e os vincendos, a metodologia utilizada pela Seguradora foi a segregação da carteira de assistência financeira em duas safras: contratos concedidos anteriores a outubro/2015 (Safrá I) e contratos concedidos posteriores a outubro/2015 (Safrá II). Este critério é decorrente da observação do cenário de inadimplência. A Seguradora observou que há volatilidades em relação ao período (safrá) de concessão. Considerando estes cenários, e tomando por base os recebimentos ocorridos nos últimos 18 meses, foram calculados os percentuais médios de recebimento, e ainda, a tendência de recebimento para o próximo período, utilizando-se como premissa para constituição da redução ao valor recuperável o menor percentual de recebimento dos dois cenários.

Abaixo o resumo dos critérios utilizados:

Vencimento	Percentuais de constituição da redução ao Valor Recuperável de Assistência Financeira	
	Safrá I (*)	Safrá II (*)
Parcelas vencidas há mais de 30 dias	100%	100%
Parcelas vencidas entre 0 e 30 dias e vincendas(**)	100%	1,96%

(*) Entende-se por “Safrá I” as assistências financeiras concedidas até outubro/2015, e, “Safrá II” as assistências financeiras concedidas a partir de outubro/2015.

(**) Em 31.12.2019 o percentual de constituição de Redução ao Valor Recuperável era de 1,42%.

3.3.4. Créditos a receber de órgãos consignantes

Em 30.06.2020, a Seguradora realizou o estudo de inadimplência dos Títulos de Créditos a Receber dos contratos com órgãos consignantes.

Para os ativos relacionados à órgãos consignantes a Seguradora realizou estudo para identificar o mês de vencimento dos recebíveis *vis-à-vis* seu mês de recebimento.

A revisão da metodologia do estudo ocorre a cada data de balanço e a aplicabilidade da mesma é mensal.

Com o objetivo de mitigar os riscos de inadimplência, a Seguradora constitui redução ao valor recuperável em sua integralidade dos valores vencidos há mais de 90 dias.

Na amostra foi observado que os órgãos federais possuem zero por cento de inadimplência.

Para os demais órgãos foi observada uma inadimplência de 0,64% (1,61% em 31.12.2019).

Além disso, a Seguradora realizou de forma conservadora o estudo do rating dos órgãos vinculados as Unidades Federativas através do portal do Tesouro Nacional Transparente e com base nos resultados apresentados de capacidade de pagamento (CAPAG) foi atribuído percentuais de agravo de inadimplência a cada Unidade Federativa.

3.3.5. Ativos classificados como disponíveis para venda

Ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

3.4. Crédito das operações com seguros, resseguros e previdência complementar

Decorrem diretamente das operações da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A sujeitos a redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.5. Assistência financeira a participantes

Corresponde à assistência financeira concedida a titular de plano de previdência conforme previsto na Circular Susep nº 320/2006, alterada pela Circular nº 423/2011. Os rendimentos pré-fixados de competência de exercícios futuros são demonstrados em conjunto com o valor principal das operações de crédito e apresentados como redução dos ativos correspondentes.

3.6. Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos os montantes referentes a gastos em que é possível estabelecer uma relação direta e incremental com uma apólice específica. As comissões relativas à comercialização de apólices e bilhetes de seguros, são apropriadas ao resultado como despesa na mesma proporção em que são reconhecidas as receitas de acordo com vigência do risco relacionadas às respectivas apólices e bilhetes.

3.7. Investimentos

As participações societárias estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial”.

Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, e deduzidos, quando houver, de provisão para desvalorização.

3.7.1. Redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e revertida se houver mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

3.8. Imobilizado

Compreendem equipamentos, móveis e utensílios, máquinas e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Seguradora. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente considerando o prazo de vida útil estimada. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.10. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.10.1. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em

desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada a cada balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualmente 25% para imposto de renda e 15% para contribuição. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Seguradora espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

3.12. Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cuja metodologia de cálculo é descrita em nota técnica atuarial (NTA) do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente (Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações).

As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante.

3.12.1. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base no IPC-M da Fundação Getúlio Vargas ou IPC-A do IBGE, de acordo com o indexador aprovado nos produtos.

3.12.2. Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC)

A provisão matemática de benefícios a conceder, relativa aos planos de previdência complementar aberta nas modalidades de contribuição variável ou contribuição definida, representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, especialmente constituídos para esse fim, ou acrescidas da remuneração garantida prevista na NTA do plano.

A provisão matemática de benefícios a conceder, relacionada aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representa a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.12.3. Provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC)

A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda,

respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.12.4. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar, contabilizada no passivo circulante, corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data base das demonstrações financeiras. A baixa das reservas técnicas ocorre pelo efetivo recebimento da indenização pelo segurado ou beneficiário.

3.12.5. Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativo a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.

Esta provisão é calculada com base em métodos estatísticos–atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência/aviso. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 36 meses.

3.12.6. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado pelo método pro rata die, para cobrir o valor a pagar relativo a sinistros e despesas do referido período. Contempla os riscos assumidos na data-base do cálculo, já considerando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) com base no histórico de atraso na emissão de prêmios.

3.12.7. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas por meio do valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Em substituição às Provisões de Insuficiência

de Contribuições/Prêmios (PIC/PIP), que foram extintas, essa provisão foi instituída na publicação da Circular SUSEP nº 462/2013 (posteriormente revogada pela Circular SUSEP nº 517/2015).

3.12.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

3.12.9. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora.

3.12.10. Salvados e Ressarcidos

A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A não opera em ramos que geram salvados e ressarcidos.

3.12.11. Tábuas, Taxas de Carregamento e Taxas de Juros dos Principais Produtos Comercializados:

Previdência:

Plano	Processo SUSEP	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento Máx.	Indexador
Pecúlio Individual por Morte	15414.000797/2008-16	Repartição Simples	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.001146/2008-43	Capitalização	CSO 80	6% aa	30%	IPCM
Pecúlio Individual por Morte	15414.901355/2017-80	Capitalização	AT 83 M	4% aa	5%	IPCA

Seguros:

Plano / Produto	Processo Susep	Regime	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Indexador
Prestamista	15414.000097/2008-21	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
API - Bilhete Premiável	15414.900764/2013-35	Repartição Simples	-	-	IPCM
Acidente Pessoal Coletivo	001-01947/93	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Especial	15414.000129/2004-65	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Prazo Certo	15414.000149/2009-41	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Proteção Corporativa	15414.001215/2008-19	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Cia Capital Global	15414.002496/2008-27	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Escolar	15414.001880/2008-11	Repartição Simples	-	-	IPCM
APC - Vip Mais	15414.004417/2007-31	Repartição Simples	-	-	IPCM
Vida em Grupo	001-03150/90	Repartição Simples	-	-	IPCM
Seguro de Pessoas Flexível	15414.004510/2012-11	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
Viva Flex - Capital Global	15414.005052/2008-43	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Faixa Etária Viva Flex	15414.004535/2007-40	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM
VG - Taxa Média Viva Flex	15414.004708/2007-20	Repartição Simples	AT 83 / Álvaro Vindas	-	IPCM

3.12.12. Teste de adequação de passivos (*Liability Adequacy Test – LAT*)

A Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, define regras e procedimentos para realização do teste de adequação de passivo (TAP), a serem observados pelas sociedades seguradoras.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro. As premissas relacionadas a despesas, resgates, persistência, portabilidade e opção de conversão em renda foram baseadas na experiência observada pela seguradora ou de mercado, limitada ao período máximo de 5 (cinco) anos.

Para estimativa de mortalidade foi utilizada a tábua BR-EMS e o fluxo de caixa foi descontado a valor presente pela taxa de juros livre de risco desenvolvida com base na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

O teste de adequação dos passivos, realizado em 30 de junho de 2020, indicou a necessidade de uma reversão da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$1.111 (Em 30.06.2019 necessidade de Constituição no valor de R\$1.141).

Teste de Adequação do Passivo (TAP)	2020	2019
a) taxa de juros contratada para ativos e passivos	De acordo com a Nota Técnica Atuarial aprovada pela SUSEP	
b) taxa de juros esperada para os ativos	Projeção da SUSEP (ETTJ)	
c) tábua biométrica	BR-EMS	
d) sinistralidade	Observação histórica dos 12 últimos meses	
e) resseguro	Cálculos Brutos de Resseguro	

3.13. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios, contribuições e assistência financeira que ainda se encontram em processo de reclassificação.

3.14. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais

Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica da Seguradora, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido pela Seguradora;

Obrigações legais – fiscais: decorrem de processos judiciais que tenham por objeto o questionamento do cumprimento de obrigações tributárias, sempre correlacionados à sua exigibilidade. A avaliação da probabilidade de êxito é realizada pela Gerência Jurídica e divulgada para as áreas competentes da Seguradora.

3.15. Provisões para ações judiciais

As provisões para as ações de natureza cível, não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros; as ações de natureza trabalhista; e as ações de natureza tributária são realizadas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos, nos seguintes termos: A classificação do risco de perda das demandas judiciais da Seguradora é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos,

levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento do tribunal em que tramitam, a sua complexidade, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais.

As provisões de ações judiciais de conteúdo tributário, seja de contribuições ou outras obrigações de natureza fiscal são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas avaliações dos advogados internos e externos que trabalham com a Gerência Jurídica da Seguradora e da Administração, especialmente quanto ao provável resultado dos processos judiciais. Estas provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante, e são atualizados pela SELIC.

3.16. Classificação no circulante e não circulante

A Seguradora procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

3.16.1. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.

3.16.2. Demais ativos e passivos circulante e a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, e quando necessário, reduzidos ao seu valor recuperável. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e encargos correspondentes.

3.17. Classificação dos contratos de seguro

Contrato de seguro, de acordo com CPC 11 – Contratos de Seguro, é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado) aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente o segurado.

A Administração analisou suas operações para determinar quais delas caracterizam-se como “contrato de seguro”, e concluiu que suas operações se caracterizam como “contrato de seguro” de acordo com o CPC 11.

3.17.1. Mensuração dos contratos de seguro

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são formalizados em Notas Técnicas Atuariais – NTAs, conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.

3.18. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Para os produtos de risco o fato gerador da receita é a emissão do prêmio/contribuição ou a vigência do risco, o que ocorrer primeiro;
- Para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.

4. Instrumentos Financeiros

4.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Seguradora utiliza diversos instrumentos financeiros para a gestão dos seus recursos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou no vencimento. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

5. Aplicações Financeiras

Em 30.06.2020:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado			237.731	237.731	23,24%
Fundos de Investimentos	1	-	128.369	128.369	12,55%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	23.561	23.561	2,30%
Letras Financeiras do Tesouro	1	SELIC	85.801	85.801	8,39%
II- Mantido até o Vencimento (**)			785.386	891.993	76,76%
NTN-B	1	De 5,02% a 6,23% + IPCA	658.978	761.583	64,41%
Debênture CDI	2	CDI + 1%	5.282	5.278	0,52%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	2.190	2.331	0,21%
CRI	2	IGPM + 7,83%	471	471	0,05%
LF CDI	1	De 104,5% CDI a 106,5% CDI	44.085	43.928	4,30%
LF IPCA	1	De 4,76% a 7,50% + IPCA	74.380	78.402	7,27%
			1.023.117	1.129.724	100,00%

Em 31.12.2019:

(Reapresentado)

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado			212.433	212.433	21,06%
Fundos de Investimentos	1	-	137.108	137.108	13,59%
Fundo de Investimento Exclusivo	1	-	23.106	23.106	2,29%
Letras Financeiras do Tesouro	1	100% SELIC	52.219	52.219	5,18%
II- Disponível para venda			17.678	17.678	1,75%
Ações	-	-	4	4	0,00%
NTN-B (*)	1	-	17.674	17.674	1,75%
III- Mantido até o Vencimento (**)			778.710	924.074	77,19%
NTN-B	1	De 5,02% a 6,23% + IPCA	656.018	787.448	65,03%
Debênture CDI	2	CDI + 1%	5.165	5.169	0,51%
Debênture IPCA	1	IPCA + 6%	2.176	2.391	0,22%
CRI	2	IGPM + 7,83%	527	527	0,05%
LF CDI	1	De 104,5% CDI a 106,5% CDI	43.281	43.282	4,29%
LF IPCA	1	De 4,76% a 7,50% + IPCA	71.543	85.257	7,09%
			1.008.821	1.154.184	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 17.679 em 31.12.2019.

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva"

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 30.06.2020:

	<u>Sem Vencimento</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fundos de Investimentos	151.930	-	-	-	151.930
Letras Financeiras do Tesouro	85.801	-	-	-	85.801
NTN-B	-	32.470	131.108	495.400	658.978
CRI	-	-	-	471	471
Debêntures	-	5.282	2.190	-	7.472
LF	-	32.852	42.469	43.144	118.465
	237.731	70.604	175.767	539.015	1.023.117

Em 31.12.2019:

(Reapresentado)

	<u>Sem Vencimento</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fundos de Investimentos	160.214	-	-	-	160.214
Ações	4	-	-	-	4
Letras Financeiras do Tesouro	52.219	-	-	-	52.219
NTN-B	17.674	-	162.690	493.328	673.692
CRI	-	-	-	527	527
Debêntures	-	5.165	2.176	-	7.341
LF	-	23.645	27.905	63.274	114.824
	230.111	28.810	192.771	557.129	1.008.821

5.1. Movimentação das Aplicações Financeiras

	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Mantido até o vencimento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2018 (Reapresentado)	217.019	34	766.113	983.166
Aplicação	251.333	17.661	17.000	285.994
Resgate	(274.467)	(26)	(73.279)	(347.772)
Rendimentos	18.548	15	68.876	87.439
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(6)	-	(6)
Saldo em 31.12.2019	212.433	17.678	778.710	1.008.821
Aplicação	211.067	17.692	-	228.759
Resgate	(190.833)	(36.024)	(18.478)	(245.335)
Rendimentos	5.064	648	25.154	30.866
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	6	-	6
Saldo em 30.06.2020	237.731	-	785.386	1.023.117

6. Prêmios a Receber

6.1. Movimentação dos prêmios a receber

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	7.415	6.918
Prêmios Emitidos	55.549	121.194
Prêmios Cancelados	(6.010)	(11.347)
Recebimentos	(48.057)	(109.350)
Saldo final	8.897	7.415
IOF sobre Prêmios Emitidos	33	27
Saldo Final	8.930	7.442
Redução ao valor recuperável (a)	(954)	(522)
	7.976	6.920

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.2

6.2. Aging de Prêmios a receber

	30.06.2020	31.12.2019
Vencidos		
De 1 a 30 dias	1.568	1.331
De 31 a 60 dias	147	418
De 61 a 90 dias	1.936	-
	3.651	1.749
A vencer		
De 1 a 30 dias	5.279	5.693
	5.279	5.693
	8.930	7.442

7. Créditos das Operações com Previdência Complementar

	30.06.2020	31.12.2019
Contribuições riscos vigentes não recebidos	2.201	1.488
	2.201	1.488

A movimentação dos créditos das operações de previdência complementar relacionadas as Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos está demonstrada conforme a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial	1.488	1.119
Emissão	139.624	271.329
Recebimentos	(133.543)	(263.761)
Cancelamento	(3.466)	(4.706)
Restituição	(1.902)	(2.493)
Saldo final	<u>2.201</u>	<u>1.488</u>

7.1. Aging de Contribuições a receber

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Vencidos		
De 1 a 30 dias	2201	961
De 31 a 60 dias	-	527
	<u>2.201</u>	<u>1.488</u>

8. Títulos e Créditos a Receber

8.1. Títulos e Créditos a Receber

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Créditos a receber de Órgão Consignante	24.734	22.581
Dividendos e JCP a receber	1.350	844
Direitos resultantes da venda de imóveis	354	354
Aluguéis a receber	134	134
Outros créditos a receber	462	478
Redução ao valor recuperável (a)	(2.613)	(3.015)
	<u>24.421</u>	<u>21.376</u>

(a) Os critérios de constituição da redução ao valor recuperável dos critérios a receber de órgãos consignantes estão definidos na nota explicativa 3.3.4.

8.2. Créditos Tributários e Previdenciários

Os créditos tributários são decorrentes de pagamento indevido ou a maior, saldo negativo e créditos tributários de diferenças temporárias, e estão sendo demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Circulante:</u>		
Imposto de Renda a Compensar	167	165
Contribuição Social a Compensar	74	73
Antecipação de Imposto de Renda	125	12
Antecipação de Contribuição Social	85	-
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP	60	-
Outros créditos	41	15
Total do Circulante	<u>552</u>	<u>265</u>
	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Não Circulante:</u>		
Imposto de Renda Diferido – Ajustes Temporais	31.792	29.825
Contribuição Social Diferido – Ajustes Temporais	18.884	17.582
Imposto de Renda Diferido TVM – Ajustes Temporais	-	1
Contribuição Social Diferido TVM – Ajustes Temporais	-	1
Outros créditos	5.246	5.246
Total do Não Circulante	<u>55.922</u>	<u>52.655</u>

Os créditos tributários decorrentes de ajustes temporais são originados exclusivamente de adições/exclusões temporárias.

30.06.2020 **31.12.2019**

Imposto de renda / Contribuição social

COFINS Depósito Judicial	70.543	70.543
Redução ao valor recuperável de Assistência Financeira	8.500	7.489
Provisões cíveis previdência	30.394	24.843
Provisões cíveis seguros	418	158
Redução ao valor recuperável Prêmios a Receber Seguros	954	522
Provisões Trabalhistas	2.190	275
Redução ao valor recuperável de outros títulos créditos a receber	355	355
PLR Funcionários Provisão mensal (*)	1.275	2.084
Redução ao valor recuperável outros investimentos	10.922	10.922
Redução ao valor recuperável direito de exclusividade	1.667	1.667
Redução ao valor recuperável Órgãos Consignantes	2.055	2.456
Redução ao valor recuperável outros créditos operacionais	319	406
Total Ativo Diferido	129.592	121.720
Desreconhecimento do crédito tributário em função do estudo de lucratividade (CPC 32)	(2.422)	(2.422)
Total das diferenças temporárias	127.170	119.298

Alíquota aplicada IRPJ – 25%	31.792	29.825
Alíquota aplicada CSLL – 15%	18.884	17.582

(*) Não aplicável para CSLL

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 30.06.2020			Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
	Créditos Tributários	IR Diferido	%			
2020	5.931	1.482	4,67%	4.656	697	3,69%
2021	86.325	21.580	67,88%	86.325	12.949	68,57%
2022	4.226	1.057	3,32%	4.226	634	3,36%
2023	4.377	1.094	3,44%	4.377	657	3,48%
2024	6.675	1.669	5,25%	6.675	1.001	5,30%
2025-2027	12.578	3.145	9,89%	12.578	1.887	9,99%
2028-2029	7.059	1.765	5,55%	7.059	1.059	5,61%
	127.171	31.792	100%	125.896	18.884	100%

Projetado - 31.12.2019

Período	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2020	5.781	1.445	4,84%	3.697	555	3,16%
2021	85.448	21.361	71,62%	85.448	12.817	72,90%
2022	3.354	839	2,81%	3.354	503	2,86%
2023	3.564	892	2,99%	3.564	535	3,04%
2024	6.625	1.656	5,55%	6.625	994	5,65%
2025-2027	9.226	2.307	7,74%	9.226	1.384	7,87%
2028-2029	5.300	1.325	4,44%	5.300	794	4,52%
	119.298	29.825	100%	117.214	17.582	100%

Em 30.06.2020, o montante de realização dos créditos tributários relacionados a IRPJ e CSLL foram de R\$ 1.967 (R\$ 394 em 30.06.2019) e R\$ 1.301 (R\$ 107 em 30.06.2019), respectivamente

8.3. Assistência financeira à participantes

A composição das assistências financeiras concedidas a participantes está conforme demonstrada a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
<u>Circulante:</u>		
Garantia de averbação	49.589	44.690
Receitas a apropriar	(21.252)	(19.868)
Redução ao valor recuperável (a)	(5.997)	(5.471)
	22.340	19.351

	30.06.2020	31.12.2019
<u>Não circulante:</u>		
Garantia de averbação	139.308	128.578
Receitas a apropriar	(44.601)	(43.429)
Redução ao valor recuperável (a)	(2.503)	(2.018)
	92.204	83.131

(*) Constituída conforme os critérios definidos na nota 3.3.3.

8.3.1. Assistências financeiras por vencimento

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Vencidos:</u>		
De 1 a 60 dias	934	500
De 61 a 180 dias	450	350
De 181 a 360 dias	527	387
Mais de 360 dias	3.938	3.844
<u>Vincendo:</u>		
Até 360 dias	43.740	39.609
Mais de 360 dias	139.308	128.578
	<u>188.897</u>	<u>173.268</u>

8.4. Outros créditos

Composto basicamente por: adiantamento a funcionários R\$ 1.171 (R\$ 202 em 31.12.2019), adiantamentos administrativos de R\$ 12 (R\$ 35 em 31.12.2019) e saldos bancários bloqueados por decisão judicial R\$ 562 (R\$ 40 em 31.12.2019).

9. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos das operações de seguros, apresentaram a seguinte movimentação:

Em 30.06.2020:

	<u>31.12.2019</u>	<u>Constituições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.06.2020</u>
Comissão	573	3.486	(3.612)	447
	<u>573</u>	<u>3.486</u>	<u>(3.612)</u>	<u>447</u>

Em 31.12.2019:

	<u>31.12.2018</u>	<u>Constituições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31.12.2019</u>
Comissão	466	7.269	(7.162)	573
	<u>466</u>	<u>7.269</u>	<u>(7.162)</u>	<u>573</u>

10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão demonstrados conforme composição a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Tributos	123.543	122.068
Cíveis	5.255	7.140
Benefícios	3.956	6.274
Sinistros	1.244	1.266
Trabalhistas	477	172
Outros depósitos	158	155
	<u>134.633</u>	<u>137.075</u>

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2019</u>	<u>Novos</u> <u>Depósitos</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em</u> <u>30.06.2020</u>
Tributos	122.068	-	-	1.475	-	123.543
Benefícios	6.274	130	(2.126)	57	(379)	3.956
Cíveis	7.140	164	(1.238)	(18)	(793)	5.255
Trabalhistas	172	938	(636)	3	-	477
Sinistros	1.266	1	(22)	5	(6)	1.244
Outros depósitos	155	-	-	3	-	158
Total	<u>137.075</u>	<u>1.233</u>	<u>(4.022)</u>	<u>1.525</u>	<u>(1.178)</u>	<u>134.633</u>

11. Investimentos

11.1. Participações societárias

Investimentos	Quantidade de ações / quotas	% de participação	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do Período	Investimento		Resultado Patrimonial	
						30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	30.06.2019
Capemisa Capitalização S.A.	15.914.000	99,2459%	16.759	24.427	165	24.243	24.180	164	1.006
Seguradora Líder Seguro DPVAT	15.000.000	1,5136%	15.000	16.491	122	250	255	(5)	16
Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda	135.345.667	40,54%	135.346	123.909	-	51.224	51.224	-	-
Redução ao valor recuperável						(51.224)	(51.224)	-	-
Total						<u>24.493</u>	<u>24.435</u>	<u>159</u>	<u>1.022</u>

- **Capemisa Capitalização S/A**– Constituída em 19 de abril de 2011, com capital social de R\$ 16.759, dividido em 15.914.000 ações ordinárias, sem valor nominal. A Seguradora possui o controle acionário com 99,2459% das ações.
A SUSEP através da Portaria nº 4.089, de 7 de julho de 2011, concedeu a Capemisa

Capitalização S/A a autorização para operar com planos de capitalização em todo o território nacional.

Em 2018, a Seguradora realizou a subscrição de capital na investida Capemisa Capitalização no montante de R\$ 3.501, que se encontrava em aprovação pelo Órgão regulador. O montante do referido aporte corresponde a 2.714.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 2019, através da Portaria nº 45, de 03 de maio de 2019, a SUSEP aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2018.

- **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT:** A partir de janeiro de 2010 passamos a operar com o convênio DPVAT. Conforme carta PRESI nº 064/2018, a Seguradora passou a deter 227.036 ações da Seguradora Líder – DPVAT, o que corresponde a 1,51357% (1,51357% em 30.12.2019) do capital da referida companhia.
- **Consultoria e Serviços Técnicos U9A Ltda.:** A investida possui o montante de 135.345.667 quotas. A Capemisa Seguradora realizou a integralização de R\$ 54.863 referente a 54.862.506 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

O Conselho de Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A decidiu pela dissolução parcial da U9A, com a sua retirada da sociedade. Diante das inúmeras tentativas frustradas de promover a sua retirada do quadro de sócios da U9A, com a celebração da alteração de contrato social correspondente, a Capemisa Seguradora, em 2017, promoveu a notificação extrajudicial da U9A e de seus demais sócios, formalizando o seu legítimo interesse em retirar-se daquela sociedade e requerendo a adoção das medidas necessárias para tanto, e estuda as alternativas cabíveis para a defesa de seus interesses e atingimento do seu objetivo.

Sendo assim, considerando-se que, em 2015 e nas circunstâncias atuais: (i) não é possível determinar o montante a ser ressarcido à Capemisa Seguradora no processo de dissolução parcial da U9A e (ii) U9A não apresenta expectativa de geração futura de caixa, a administração da Capemisa Seguradora decidiu manter a provisão para perda de 100% (cem por cento) do valor do investimento, no montante de R\$ 51.224, realizado em 2015 em contrapartida da conta de outros investimentos - redução ao valor recuperável, daquele exercício.

Tão logo o processo de apuração dos haveres da Capemisa Seguradora na U9A seja concluído, a Capemisa Seguradora reavaliará a necessidade da manutenção ou não da referida provisão.

11.2. Imóveis destinados a renda e outros investimentos

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Propriedade para investimento	450	450
Empreendimento imobiliário (i)	10.922	10.922
Redução ao valor recuperável (i)	(10.922)	(10.922)
	<u>450</u>	<u>450</u>

i) Empreendimento imobiliário

Em 2005, a Cosil Construções e Incorporações Ltda. (Sócia Ostensiva) celebrou com a Capemi Caixa de Pecúlios Pensões e Montepios Beneficente (Sócia Participante) contrato de Sociedade em Conta de Participação, referente aos imóveis situados na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Alameda São Caetano nºs 285, 295, 301, 307, 315 e 325. A Capemi fez um aporte, na ocasião, de R\$ 5.304.

Em 2008 foi celebrado o 1º aditivo ao contrato, passando a figurar como Sócia Participante a Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A.

Em 2009 foi celebrado o 2º aditivo ao contrato, no qual alterou-se o empreendimento imobiliário objeto do contrato (imóvel localizado na Rua Jornalista Paulo Costa nº 555, com frente também para a Rua Francisco Rabelo Leite Neto, Atalaia, Aracaju/SE), bem como o valor do aporte da Sócia Participante de R\$ 7.741.

Por força do 3º aditivo ao contrato, alterou-se novamente o empreendimento imobiliário objeto do contrato, passando a Seguradora a ser sócia participante de Sociedade em Conta de Participação referente ao empreendimento denominado “Cennário Atalaia”. O 3º aditivo foi firmado em 2012, com aporte no valor de R\$ 7.741 e remuneração mínima de 8,5% ao ano mais a variação da TR ao mês até a data do efetivo pagamento pela sócia ostensiva.

Em 2016, foi celebrado um aditivo contratual entre a Seguradora e a sócia ostensiva do empreendimento, que redefiniram cláusulas do contrato firmado anteriormente.

Em 2017, a sócia ostensiva do empreendimento descumpru o aditivo contratual ocasionando atraso no pagamento da parcela. Por esta razão, considerando que não é possível determinar se haverá geração futura de caixa para o referido empreendimento, a Administração reconheceu a redução ao valor recuperável na totalidade do ativo no montante de R\$ 10.922.

No primeiro semestre de 2018, foi deferida a recuperação judicial da sócia ostensiva. A Administração da Seguradora contratou escritório de advocacia especializado, o qual está adotando as medidas judiciais cabíveis para a habilitação do crédito detido pela Companhia no plano de recuperação apresentado pela sócia ostensiva, buscando reaver, ainda que parcialmente, o investimento realizado.

Em 2019 e primeiro semestre de 2020, não tivemos modificações relevantes para o cenário apresentado no exercício anterior.

12. Imobilizado

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2019	Aquisição	Baixa	Saldo em 30.06.2020
Terrenos	-	794	-	-	794
Edificações	4% a.a.	974	-	-	974
Equipamentos	10% a.a.	7.567	1.272	-	8.839
Móveis, máquinas e utensílios	10% a.a.	3.677	22	-	3.699
Veículos	20% a.a.	255	-	-	255
Outras imobilizações	(*)	809	62	-	871
		14.076	1.356	-	15.432
Depreciação/Amortização Acumulada		(10.660)	(513)	-	(11.173)
		3.416	843	-	4.259

(*) As taxas de depreciação de outras imobilizações são parametrizadas com base nos contratos firmados.

13. Intangível

Descrição	Taxa de Depreciação	Saldo em 31.12.2019	Aquisição	Baixa	Transferência	Saldo em 30.06.2020
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	-	252	189	-	(183)	258
Direito de uso de exclusividade (*)	4% a.a.	3.000	-	-	-	3.000
Outros Intangíveis	10% a.a.	13.129	1.631	-	183	14.943
		16.381	1.820	-	-	18.201
Amortização Acumulada		(11.109)	(380)	-	-	(11.489)
Amortização Acumulada direito de uso de exclusividade		(750)	(100)	-	-	(850)
Amortização Acumulada		(11.859)	(480)	-	-	(12.339)
Redução ao valor recuperável (**)		(1.667)	-	-	-	(1.667)
		2.855	1.340	-	-	4.195

(*) Refere-se ao direito de exclusividade para uso do balcão, conforme parceria assinada ao final de 2017 e no segundo semestre de 2018. A amortização se dá pelo método linear ao longo do prazo do contrato, que é de 5 anos.

(**) Em 30.06.2019, foi feita a avaliação do *impairment* do intangível. A administração identificou a necessidade da realização da redução ao valor recuperável do direito de exclusividade da parceria realizada no segundo semestre de 2018 no valor de R\$ 1.517, tendo em vista que não estavam sendo gerados os fluxos de caixa esperados com base o contrato realizado.

14. Obrigações a pagar

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Dividendos a pagar	14.416	3.490
Juros sobre capital próprio	11.416	7.221
Fornecedores	6.793	5.844
Participação nos lucros a pagar	1.214	2.084
Pagamentos a efetuar	270	269
Remunerações a pagar	10	11
Outras Obrigações a Pagar	476	358
	34.595	19.277

15. Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo está apresentado conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
Contribuições previdenciárias e FGTS (a)	3.923	1.129
Imposto de renda retido	464	796
Imposto sobre operações financeiras	52	68
Imposto sobre serviço retido	34	54
Imposto de renda de juros sobre capital próprio	-	825
Outros impostos e encargos sociais	54	59
	4.527	2.931

(a) A Seguradora aderiu a medida provisória nº 927/2020 que possibilitou o parcelamento do FGTS das competências março, abril e maio de 2020. Os parcelamentos das referidas competências poderão ser recolhidos entre julho e dezembro/2020.

Adicionalmente a Capemisa aderiu as Portarias do Ministério da Economia nº 139 e 255, ambas publicadas em 2020, que postergaram o recolhimento das contribuições previdenciárias patronais das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro.

16. Encargos trabalhistas

O saldo está apresentado por 13ª salário, provisão de férias e encargos sociais destas provisões.

	30.06.2020	31.12.2019
Provisão de Férias	4.232	4.185
Encargos Sociais	1.793	1.417
13º Salário	1.052	-
	7.077	5.602

17. Impostos e contribuições

	30.06.2020	31.12.2019
COFINS (a)	5.978	3.659
Imposto de renda	2.340	2.953
Contribuição social	1.223	1.628
PIS (a)	522	150
	10.063	8.390

(a) A Capemisa aderiu as Portarias do Ministério da Economia nº 139 e 255, ambas publicadas em 2020, que postergaram o recolhimento das contribuições PIS e COFINS das competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro.

18. Débito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar

Refere-se à provisão de comissões sobre prêmios emitidos, comissões a pagar aos corretores, bem como estipulantes de seguros, agentes e correspondentes, valores correspondentes a repasses à resseguradora e contas a pagar DPVAT.

	30.06.2020	31.12.2019
		(Reapresentado)
Estipulantes	2.879	1.455
Comissões a pagar	1.387	1.383
Comissões sobre prêmios emitidos	1.046	1.139
Débitos de Resseguro	218	435
DPVAT(*)	111	111
Outras	81	76
Ajuste a valor de realização	(378)	(174)
	5.344	4.425

(*) Em junho de 2019 as Seguradoras Consorciadas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) e do Protocolo de Obrigações com o Ministério Público de Minas Gerais para destinar o saldo da reserva de contingência do Consórcio DPVAT, parte da margem de resultado das seguradoras integrantes do Consórcio DPVAT para pagamento do valor dos investimentos, e além disso, reter 100% da Margem de Resultado a partir do dia 01 de junho 2019 até ser atingido o valor total de investimento previsto no Protocolo de Obrigações.

19. Depósitos de terceiros

A Seguradora possui o valor de R\$ 26.017 (R\$ 24.549 em 31.12.2019), referente basicamente a contribuições de previdência, seguro e numerários de órgãos consignantes arrecadados na rede bancária os quais encontram-se em processo de reclassificação. O *Aging* desta rubrica está distribuído da seguinte forma:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Vencidos		
De 01 a 30 dias	21.215	21.299
De 31 a 60 dias	642	206
De 61 a 120 dias	2.026	277
De 121 a 365 dias	962	645
Mais de 365 dias	1.172	2.122
	<u>26.017</u>	<u>24.549</u>

20. Provisões Técnicas

20.1. Movimentação das provisões técnicas – Seguros Pessoas

<u>Movimentação das Provisões Técnicas</u>	<u>PPNG</u>	<u>PPNG-RVNE</u>	<u>PSL</u>	<u>IBNR</u>	<u>PMBAC</u>	<u>PVR</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31.12.2018	1.433	164	16.828	18.492	-	5	36.922
Constituição	673	11	7.881	5.750	-	1	14.316
Reversão	(400)	(124)	(6.587)	(8.587)	-	(4)	(15.702)
Juros e Atualização Monetária	-	-	1.218	-	-	-	1.218
Saldos em 31.12.2019	<u>1.706</u>	<u>51</u>	<u>19.340</u>	<u>15.655</u>	-	<u>2</u>	<u>36.754</u>
Constituição	85	7	5.551	6.178	-	-	11.821
Reversão	(595)	(8)	(3.515)	(5.425)	-	-	(9.543)
Juros e Atualização Monetária	-	-	243	-	-	-	243
Saldos em 30.06.2020	<u>1.196</u>	<u>50</u>	<u>21.619</u>	<u>16.408</u>	-	<u>2</u>	<u>39.275</u>

20.2. Movimentação das provisões técnicas – Previdência Complementar

Movimentação das Provisões Técnicas	PMBaC	PMBC	PPNG	PDR	IBNR	PSL	PVR	PCC	Total
Saldos em 31.12.2018	346.353	223.758	6.904	6.456	12.163	45.042	1.686	132.795	775.157
Constituição	5.704	768	1.590	255	7.505	24.172	1.447	4.090	45.531
Reversão	(22.073)	(15.899)	(1.417)	(11)	(2.128)	(18.217)	-	(4.771)	(64.516)
Juros e Atualização Monetária	34.598	22.073	-	-	-	(95)	-	-	56.576
Saldos em 31.12.2019	364.582	230.700	7.077	6.700	17.540	50.902	3.133	132.114	812.748
Constituição	2.860	40	922	69	14.918	10.689	1.331	1.298	32.127
Reversão	(14.138)	(10.762)	(272)	(41)	(12.481)	(14.640)	(1.180)	(2.410)	(55.924)
Juros e Atualização Monetária	12.780	7.717	-	-	-	(80)	-	-	20.417
Saldos em 30.06.2020	366.084	227.695	7.727	6.728	19.977	46.871	3.284	131.002	809.368

20.3. Desenvolvimento de Sinistros

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

SEGUROS

Posição em 30/06/2020

Avisados (Até)	Ocorrência entre 6/2016 e 6/2017	Ocorrência entre 6/2017 e 6/2018	Ocorrência entre 6/2018 e 6/2019	Ocorrência entre 6/2019 e 6/2020
No ano do evento	48.989	40.694	29.613	38.424
Após um ano	13.906	7.867	10.007	
Após dois anos	3.234	2.062		
Após três anos	696			

SEGUROS

Posição em 30/06/2020

Pagamentos	Ocorrência entre 6/2016 e 6/2017	Ocorrência entre 6/2017 e 6/2018	Ocorrência entre 6/2018 e 6/2019	Ocorrência entre 6/2019 e 6/2020
No ano do evento	38.528	27.460	18.810	22.053
Após um ano	14.185	9.284	8.468	
Após dois anos	2.232	1.401		
Após três anos	940			

Valores Brutos de Resseguro

PREVIDÊNCIA

Posição em 30/06/2020

Avisados (Até)	Ocorrência entre 6/2016 e 6/2017	Ocorrência entre 6/2017 e 6/2018	Ocorrência entre 6/2018 e 6/2019	Ocorrência entre 6/2019 e 6/2020
No ano do evento	96.608	99.606	94.598	101.517
Após um ano	7.486	8.340	8.033	
Após dois anos	538	479		
Após três anos	20			

PREVIDÊNCIA

Posição em 30/06/2020

Pagamentos	Ocorrência entre 6/2016 e 6/2017	Ocorrência entre 6/2017 e 6/2018	Ocorrência entre 6/2018 e 6/2019	Ocorrência entre 6/2019 e 6/2020
No ano do evento	79.309	78.466	79.033	82.150
Após um ano	21.531	24.498	18.934	
Após dois anos	1.551	2.112		
Após três anos	703			

Valores Brutos de Resseguro

21. Outros débitos – circulante e não circulante

As rubricas “Provisões Judiciais” e “Outros Débitos” estão compostas conforme demonstrado a seguir:

	Circulante		Não Circulante	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Obrigações fiscais (a)	1.281	1.269	5.321	5.341
Provisões trabalhistas (b)	-	-	2.194	275
Provisões cíveis (b)	-	-	30.841	25.212
Fiscais (b)	-	-	100.779	99.655
	1.281	1.269	139.135	130.483

a. Obrigações fiscais

- Está representado basicamente pelo parcelamento da COFINS junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e o débito é de R\$ 6.308 (R\$ 6.316 em 30.12.2019).

b. Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Saldo em 31.12.2019	Novas provisões/incremento	Pagamento	Reversões	Atualização	Saldo em 30.06.2020
Fiscais	99.655	16	-	-	1.108	100.779
Cíveis	25.212	9.258	(2.826)	(1.384)	581	30.841
Trabalhistas	275	2.165	(4)	(244)	2	2.194
Total	125.142	11.439	(2.830)	(1.628)	1.691	133.814

Segundo os advogados da Seguradora, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

Em 30.06.2020:

Processos	Expectativas de Perdas			
	Prováveis		Possíveis	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Fiscais	100.779	100.779	-	-
Cíveis	30.841	30.841	34.354	-
Trabalhistas	2.194	2.194	10.825	-
Total	133.814	133.814	45.179	-

Em 31.12.2019:

Processos	Expectativas de Perdas			
	Prováveis		Possíveis	
	Estimado	Contabilizado	Estimado	Contabilizado
Fiscais	99.655	99.655	-	-
Cíveis	25.212	25.212	6.347	-
Trabalhistas	275	275	284	-
Total	125.142	125.142	6.631	-

As naturezas dos processos assim estão resumidas:

- **Fiscais**

Em setembro de 2019, a Justiça Federal julgou improcedente o pedido de declaração de inexistência de obrigatoriedade de recolhimento da COFINS sobre receitas operacionais. O pedido da Seguradora pleiteava ainda, a devolução de todos os valores recolhidos sob tal título, após a entrada em vigor da Lei nº 9.718/98, via compensação ou restituição. Ainda em setembro de 2019, a Seguradora ingressou com embargos de declaração rejeitados pelo juízo competente. Interposto o recurso de apelação, permanecemos no aguardo do julgamento. Os advogados externos da Seguradora opinam que as chances de perda da causa relacionada a COFINS são prováveis. Por se tratar de obrigação legal todos os valores concernentes a causa já se encontra integralmente provisionados e depositados judicialmente.

- **Cíveis**

Os montantes de R\$ 30.841 (R\$ 25.212 em 31.12.2019), classificado como perda provável, R\$ 34.354 (R\$ 6.347 em 31.12.2019), classificado como perda possível, versam sobre ações onde os autores requerem a restituição de contribuições, indenização por dano moral, revisão contratual, cancelamento de descontos, pagamento de seguro, pecúlio e pensão sem cobertura ou contrato. Os processos com possibilidade de perda possível tratam de demandas em que a Seguradora, considerando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que o risco de perda possível. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas onde a Capemisa, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas.

- **Trabalhistas**

O montante de R\$ 2.194 (R\$ 275 em 31.12.2019), classificado como perda provável, R\$ 10.825 (R\$ 284 em 31.12.2019), classificado como perda possível, referem-se a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de horas extraordinárias e equiparações salariais, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações.

22. Aposentadorias e Pensões

O fundo de pensão fechado, o qual a Seguradora é patrocinadora, administra dois planos de benefício:

Benefício Definido - Os regimes financeiros adotados para determinação do custeio de plano, são de capitalização para as aposentadorias e pensões por morte e de repartição simples para os benefícios de auxílio-doença. Em 11 de outubro de 2017, conforme portaria PREVIC nº 986, foram aprovadas as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício FUCAP e o saldamento do Plano BD autorizado, gerando ajustes nas provisões matemáticas admitindo a manutenção do Plano Benefício para o saldamento e as alterações a serem implementadas a partir de 1º de janeiro de 2018, como por exemplo, a suspensão das contribuições dos participantes e dos patrocinadores. Os ativos do plano de benefício definido saldado encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e renda variável no montante de R\$ 233.878 (R\$ 235.849 em 31.12.2019). A posição patrimonial do plano é de R\$ 235.842 (R\$ 237.160 em 31.12.2019), apresentando Superávit no semestre na ordem de R\$ 17.789 (R\$ 1.517 em 30.06.2019). As provisões matemáticas montaram em R\$ 213.914 (R\$ 215.957 em 31.12.2019), contemplando as reservas de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 176.795 (R\$ 179.500 em 31.12.2019), Benefícios a Conceder no valor de R\$ 37.119 (R\$ 36.457 em 31.12.2019).

Contribuição Definida - A Capemisa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida cujo instituidor é a Associação Clube Salutar e a administração é do Fundo de Pensão Capemi - FUCAP. Os recursos financeiros acumulados ao longo da carreira profissional do participante, mediante o pagamento das suas próprias contribuições e as contribuições patronais na paridade de um para um, são investidos em Fundos de Renda Fixa que cobrem integralmente as obrigações atuariais do plano. A contribuição da empresa foi na ordem de R\$ 1.647 (R\$ 1.535 em 30.06.2019). Os ativos do plano encontram-se aplicados em renda fixa, títulos de renda fixa e montam em R\$ 9.803 (R\$ 8.539 em 31.12.2019). A posição patrimonial do plano é de R\$ 10.014 (R\$ 8.751 em 31.12.2019). As provisões matemáticas montaram em R\$ 9.940 (R\$ 8.673 em 31.12.2019), contemplando as reservas de Benefícios a Conceder no valor de R\$ 9.940 (R\$ 8.673 em 31.12.2019) e o Fundo Administrativo de R\$ 74 (R\$ 79 em 31.12.2019).

23. Garantia das provisões técnicas

A Seguradora possui os ativos discriminados a seguir:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
		(Reapresentado)
Renda Fixa	843.835	842.341
Renda Variável	-	4
Outros	1.198	1.176
Total dos Ativos Oferecidos em Cobertura	<u>845.033</u>	<u>843.521</u>

A Seguradora possui excesso de cobertura no montante de R\$ 99.737 (R\$ 87.220 em 31.12.2019).

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

O Capital Social da Seguradora é de R\$ 270.797 (R\$ 270.797 em 31.12.2019), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 638.362.669 (638.362.669 em 31.12.2019) ações ordinárias sem valor nominal e está assim composto: 635.122.669 ações para a acionista controladora Capemisa – Instituto de Ação Social e 3.240.000 ações para a acionista Associação Clube Salutar.

24.2. Reserva de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Seguradora até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.

24.3. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas o recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 30% do lucro líquido de cada exercício

social, ajustado conforme legislação societária e estatuto social, e ainda, mediante proposta do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral, a Seguradora poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, que compensar-se-ão, nos dividendos anuais.

25. Patrimônio Líquido Ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Seguradora em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Patrimônio líquido:	329.364	322.046
I- Ajustes Contábeis	(60.486)	(54.752)
Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(24.493)	(24.435)
Despesas antecipadas	(4.851)	(2.964)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(27.189)	(24.790)
Ativos intangíveis	(4.195)	(2.855)
50% dos intangíveis ref. a contratos de ponto de venda, até 15% do CMR	242	292
II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos	16.816	16.741
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	63.965	87.219
Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(63.967)	(87.216)
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	13.303	13.472
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	3.515	3.266
Patrimônio líquido ajustado	<u>285.694</u>	<u>284.035</u>

26. Adequação de Capital

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Capital Base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco (b)	96.152	95.707
CR Subscrição (i)	64.334	64.407
CR Crédito (ii)	22.952	22.092
CR Operacional (iii)	962	1.127
CR Mercado (iv)	36.447	36.287
Patrimônio líquido ajustado	285.694	284.035
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	96.152	95.707
Suficiência de capital - R\$	<u>189.542</u>	<u>188.328</u>

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação;

(i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco de subscrição das operações de seguro e previdência complementar realizadas pelas sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades

seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais.

- (iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016 dispõe, sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.
- (v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26 de dezembro de 2016, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

27. Transações com partes relacionadas

A Seguradora possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Despesas	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Capemisa Instituto de Ação Social	-	-	25.833	10.661	-	-
Capemisa Capitalização S.A	1.741	1.242	-	-	610	1.242
Associação Clube Salutar	-	-	-	50	-	-

27.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal chave da administração, está demonstrada a seguir:

	30.06.2020	30.06.2019
Salários e outros benefícios de curto prazo e longo prazo	6.431	5.405
	6.431	5.405

28. Demonstração de Resultado

Detalhamos as rubricas das demonstrações de resultados julgadas relevantes.

a - Sinistros Ocorridos

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
		(Reapresentado)
Despesas com benefícios	(43.085)	(36.965)
Indenizações avisadas	(19.225)	(15.629)
IBNR	(3.190)	194
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.457	(2.893)
	<u>(64.043)</u>	<u>(55.293)</u>

b - Custo de Aquisição

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
		(Reapresentado)
Comissões	(10.272)	(11.524)
Despesas com administração de apólices	(5.084)	(7.797)
Outras	(141)	(270)
	<u>(15.497)</u>	<u>(19.591)</u>

c - Outras Receitas e Despesas Operacionais

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
		(Reapresentado)
Outras Receitas Operacionais Seguros		
Receitas consórcio DPVAT	2.937	4.164
Outras receitas operacionais de seguros	286	1.030
	<u>3.223</u>	<u>5.194</u>
Previdência		
Outras receitas operacionais de previdência	82	48
	<u>82</u>	<u>48</u>
	<u>3.305</u>	<u>5.242</u>

Outras Despesas Operacionais

Seguros

Administração de apólices	(5.511)	(6.220)
Outras despesas operacionais de seguros	(3.138)	(3.643)
Outras despesas	(1.431)	(1.769)
Provisões cíveis	(354)	(197)
Constituição de redução ao valor recuperável prêmios a receber	(432)	(42)
Constituição da redução ao valor recuperável do direito de uso de exclusividade	-	(1.517)
Reversão de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	89	(458)
	(10.777)	(13.846)

Previdência

Provisões cíveis	(8.108)	(10.215)
Outras despesas operacionais de previdência	(1.700)	(1.404)
Reversão de redução ao valor recuperável de títulos e créditos a receber	403	(76)
	(9.405)	(11.695)
	(20.182)	(25.541)
	(16.877)	(20.299)

d - Despesas Administrativas

	30.06.2020	30.06.2019
		(Reapresentado)
Pessoal e encargos	(36.865)	(33.396)
Localização e funcionamento	(9.890)	(11.835)
Serviços de terceiros	(8.267)	(8.313)
Publicidade e propaganda	(1.225)	(1.094)
Donativos e contribuições	(642)	(452)
Publicações	(164)	(136)
Outras	(297)	(1.343)
	(57.350)	(56.569)

e - Despesas com Tributos

	30.06.2020	30.06.2019
		(Reapresentado)
PIS e COFINS	(5.709)	(5.677)
Taxa de fiscalização	(579)	(584)
Impostos	(5)	(390)
Outros	(28)	(8)
	(6.321)	(6.659)

f - Resultado Financeiro

	30.06.2020	30.06.2019
		(Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Renda fixa	31.728	45.617
Receitas com empréstimos	12.168	9.527
Atualização monetária depósitos judiciais	1.526	2.748
Receitas financeiras eventuais	9	63
Créditos tributários	5	18
Renda Variável	-	5
Outras	-	47
	45.436	58.025
Despesas Financeiras		
Provisões Técnicas	(20.662)	(31.598)
Atualização provisão COFINS	(1.107)	(1.777)
Renda fixa	(982)	(140)
Tributos	(608)	(834)
Juros sobre capital próprio	(5.000)	-
Constituição (reversão) de provisão para riscos de assistência financeira	(1.011)	534
Despesas com perdas de assistência financeira	(157)	(7.557)
Reversão de redução ao valor recuperável e assistência financeira (baixa para perda)	-	7.557
Constituição (reversão) de Redução ao valor recuperável de títulos	(2)	(21)
Outras despesas com assistência financeira	(611)	(1.726)
Eventuais e outras	(1)	(151)
	(30.141)	(35.713)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	5.000	-
	20.295	22.312

g - Receitas e Despesas Patrimoniais

	30.06.2020	30.06.2019 (Reapresentado)
Receitas Patrimoniais		
Ajuste de investimentos em controladas	1.357	1.006
Receitas com aluguel	103	99
Dividendos e Rendimentos	-	16
Outros investimentos	-	13
	1.460	1.134
Despesas Patrimoniais		
Ajuste de investimentos em controladas	(598)	-
Outros investimentos	(5)	-
	(603)	-
	857	1.134

h - Ganhos ou Perdas com ativos não correntes

	30.06.2020	30.06.2019 (Reapresentado)
Recuperação de créditos com ação judicial	326	1.110
Resultado de outras operações	2	-
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	-	(12)
Constituição (reversão) de redução ao valor recuperável	(117)	(35)
	211	1.063

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2020		30.06.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL e juros sobre o capital próprio	27.278	27.278	19.037	19.037
(-) Juros sobre o capital próprio	(5.000)	(5.000)	-	-
Resultado antes do IRPJ/CSLL	22.278	22.278	19.037	19.037
Adições/Exclusões permanentes	2.822	654	1.842	1.842
Adições/Exclusões temporárias	(16.625)	(15.816)	(9.372)	(8.507)
Lucro real	8.475	7.116	11.507	12.372
Compensação 30%	(2.543)	(2.135)	(3.452)	(3.711)
Base de cálculo	5.932	4.982	8.055	8.661
Alíquota nominal(*)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	1.471	747	2.002	1.299
Incentivos fiscais (**)	(75)	-	(53)	-
Impostos devidos	1.396	747	1.949	1.299
Impostos apresentados na demonstração do resultado	571	554	(2.343)	(1.406)
Imposto corrente	(1.396)	(747)	(1.949)	(1.299)
Imposto diferido	1.967	1.301	(394)	(107)
Alíquota efetiva	(2,09%)	(2,03%)	12,31%	7,39%

(*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês). (**) Em maio de 2017, a Seguradora aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009.

30. Outras Informações

30.1. Seguros

A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos e garantir suas obrigações e de seus administradores.

30.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi

publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Os normativos citados acima serão aplicáveis quando referendados pela SUSEP.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

Jorge de Souza Andrade
Diretor-Presidente

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
Diretor Administrativo – Financeiro

Fábio dos Santos Meziat Lessa
Diretor

Rafael Graça do Amaral
Diretor Técnico

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
Contador CRC RJ 93.879/O-2

Olívia Cristiane Lima Minardi
Atuário – MIBA nº 1493

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto na Resolução CNSP Nº 321/2015 e considerando-se ao que compete ao Comitê de Auditoria, de avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras das empresas do Grupo Capemisa, formado pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e a empresa controlada Capemisa Capitalização S/A. em cumprimento as normas e exigências do Órgão Regulador, dos regulamentos e controles internos e dos riscos, a seguir, mencionamos a seguir, o resumo de nossa avaliação, referente ao primeiro semestre de 2020. De conformidade com as normas, foram realizadas reuniões periódicas, com o Diretor Presidente, com os Gestores das áreas de Auditoria e Controles Internos, na avaliação por parte do Comitê, dos relatórios gerados pelas áreas acima mencionadas, bem como pela Auditoria Independente e Ouvidoria.

A Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, encerrou o semestre com os seguintes resultados:

➤ **Faturamento**

- ✓ Em relação ao mesmo período de 2019, houve uma queda de 1,46% na receita da Cia;
- ✓ Tal queda teve impacto maior na receita do Seguro. O foco cada vez maior em apólices rentáveis, assim como, o impacto que a Pandemia trouxe sobre o Mercado Segurador, explicam a queda;
- ✓ Em relação à receita da Previdência, houve um pequeno incremento.

➤ **Sinistralidade**

- ✓ A Sinistralidade teve uma pequena elevação de 0,13 p.p., que pode ser explicada pela COVID 19.

➤ **Resultado Financeiro**

- ✓ Os efeitos das consequências da pandemia, fez com que o Resultado Financeiro sofresse uma queda de 8,40%.
- ✓ Esta queda foi amenizada pela estratégia de focar na Assistência Financeira.

➤ **Solvência**

- ✓ Solvência é a capacidade da Seguradora em honrar seus compromissos futuros. A Capemisa permanece sólida, apresentando o seu Patrimônio Líquido Ajustado três vezes maior do que o Capital exigido pela SUSEP.

➤ **Despesas Gerais e Administrativas**

- ✓ A Capemisa Seguradora teve uma queda na redução das Despesas Administrativas em 0,79 p.p., atingindo o índice de despesas administrativas de 31,15%;
- ✓ A melhoria nos processos e controle da eficiência operacional contribuiu fortemente para a redução das Despesas Administrativas.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

➤ **Índice Combinado:**

- ✓ Proveniente da soma dos índices de sinistralidade e índice de despesas. Caracteriza-se o lucro operacional em uma seguradora.
 - Primeiro Semestre de 2019: 91,31%
 - Primeiro Semestre de 2020: 88,23%

Comentário: comparando os dois períodos, houve uma queda de 3,08 p.p., com reflexo no resultado operacional do período apurado;

➤ **Índice Combinado Ampliado:**

- ✓ É o Índice Combinado somado ao resultado financeiro ao prêmio.
 - Primeiro Semestre de 2019: 82,01%
 - Primeiro Semestre de 2020: 80,24%

Comentário: comparando os dois períodos, houve uma queda de 1,77 p.p., que pode ser explicada pelo melhor resultado operacional da Cia e da Rentabilidade na Assistência Financeira.

➤ **Lucro Líquido**

- ✓ Pelo exposto acima, a Capemisa Seguradora teve um aumento do lucro líquido em 87,23%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, maximizando recursos da Empresa e de seus acionistas, apresentando um retorno sobre o patrimônio de 8,66%.
- A capacidade econômica e financeira da Seguradora mantém as coberturas de reservas de Ativos e Passivos, com os riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP.
- Constata-se a existência das políticas contábeis aplicadas pelos Auditores Independentes em relação às recomendações de providências adotadas pela Administração, com acompanhamento do seu cumprimento, com a relevância dos riscos por nós identificados.

Na Capemisa Capitalização S/A, conforme o demonstrado abaixo, comparando o primeiro semestre do exercício de 2020 com o mesmo período de 2019, verificou-se aumento significativo e favorável em todos os indicadores, consequência de uma gestão eficiente de recursos humanos, tecnológicos e financeiros:

➤ **Faturamento:**

- ✓ As receitas dos títulos de capitalização totalizaram R\$ 195,28 milhões, contra R\$ 157,53 milhões, tendo um crescimento de 23,96%;

➤ **Resultado Operacional:**

- ✓ O resultado operacional foi de R\$ 5,81 milhões, contra R\$ 4,54 milhões, tendo um incremento de 27,80%;

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

➤ **Lucro Líquido:**

- ✓ O Lucro Líquido teve uma queda de 24,55% em relação ao período anterior. Apesar do aumento do faturamento e do resultado operacional, a queda do Lucro Líquido é justificada, também, pela constituição de provisões cíveis.

➤ **Despesas Administrativas:**

- ✓ O aumento dos tributos PIS e COFINS (em função dos preços do produto Filantropia Premiável) fez com que as Despesas Administrativas tivessem um aumento de 35,32%.

➤ **Resultado Financeiro:**

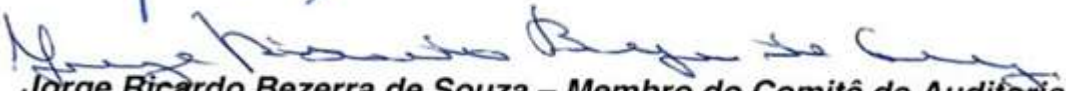
- ✓ Os efeitos da pandemia nas taxas de juros, fez com que o Resultado Financeiro tenha sofrido uma queda de 48,17%.

O Parecer recebido dos Auditores Independentes, Baker Tilly Brasil RJ, referente às Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2020, apresenta adequadamente os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A.

Concluimos desta forma, pela recomendação ao Conselho de Administração, para a aprovação das Demonstrações Financeiras, das empresas Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A e da Capemisa Capitalização S/A, do primeiro semestre de 2020.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2020.


João Bosco Lopes - Membro do Comitê de Auditoria


Jorge Ricardo Bezerra de Souza - Membro do Comitê de Auditoria


Elson Barbosa Batista - Membro do Comitê de Auditoria